CONSELHO ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões do Conselho Estadual do FUNDEB, localizada na Avenida Agua Verde, 2140, Vila Izabel, Curitiba – Paraná , às treze e trinta horas em primeira convocação e devido a insuficiência de quórum, às quatorze horas em segunda convocação, inicia-se a reunião do Conselho Estadual do FUNDEB. Estão presentes, conforme lista de presença em anexo os (as) seguintes Conselheiros (as): **Marcos Barbosa Pinto** (Suplente – SEFA), **Marcos Cesar Cantini** (Titular – Poder Executivo Estadual) **Delize Gnoatto Netto** (Suplente – Poder Executivo Estadual) , **Mariana Emy Maekawa** (Titular – SEED) **Mario Sergio Ferreira de Souza** (Titular – CNTE), **Ana Lucia Zambão Gutier** (Suplente – CNTE), **Urcula Carina Zanon** (Titular – FEPAMEF), **Igor Lucca Almeida Santana** (Titular – UPES), **José Dorival Perez** (Titular – CEE), **Jacir Bombonatto Machado** (Titular – AMP) e os convidados Ezio Faganello da APP Sindicato e Eliane da Costa Silva assessora, também da APP Sindicato). O Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza faz a abertura da reunião, com a seguinte pauta: 1 – Informes (Convite para 18ª Sessão do Fórum Permanente de Controle e Fiscalização dos Recursos da Educação , 2 – Análise das Contas FUNDEB – Janeiro e Fevereiro / Março e Abril /17 e 3 – Outros Assuntos. Em seguida solicita que a Conselheira Urçula Carina Zanon faça a leitura da ata da anterior, feita a leitura, a mesma é aprovada e assinada. Com o assunto 1 – Informes, o Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza convida os Conselheiros para participação na 18 ª SESSÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO, que será realizada em Jacarezinho - PR, nos dias 22 e 23 de junho de 2017, tendo em a pauta o debate, da PEC 15/2015, que é de suma importância para a Educação Básica. Fica combinado que será encaminhado à SEED um ofício solicitando recursos financeiros aos participantes. Em seguida os novos Conselheiros representantes da Secretaria da Fazenda SR Marcos Barbosa Pinto e da UPES SR Igor Lucca Almeida Santana se apresentam e tomam posse. A Conselheira Mariana Emy Maekawa informa de sua saída do GFS/ SEED Secretaria de Estado da Educação e que agora faz parte da FUNDEPAR no bairro Cabral, e que aguarda um posicionamento da Secretaria se continua ou se será substituída. Com a palavra o Conselheiro Jacir Bombonato Machado faz uma explanação sobre a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 15/2015, diz que as verbas relativas ao financiamento devem obedecer às normas específicas para sua aplicação, e que em cada estado, o FUNDEB é composto por 20% das seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados – FPE, Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPIexp, Desoneração das Exportações (LC nº 87/96), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR devida aos municípios, e também as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas. A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com os dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritários, conforme art. 211 da CF, ou seja, os municípios recebem os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os estados, com base no número do ensino fundamental e médio. Em 2016 228 municípios (57,1%) tiveram as receitas recebidas do FUNDEB, menor do que as receitas destinadas ao Fundo (PERDERAM). A perda foi de R$ 223,5 milhões. Os municípios que mais perderam no referido ano são: São José dos Pinhais, Araucária, Saudades do Iguaçu, São Jorge d´Oeste, Serranópolis do Iguaçu, Alto Paraiso, Mangueirinha, São Jorge do Patrocínio, Maripá, Bom Sucesso do Sul e São Manoel do Paraná. Em

contrapartida em 2016, 171 municípios (42,9%) tiveram as receitas recebidas do FUNDEB, maior do que as receitas destinadas ao Fundo (GANHARAM). Os 171 municípios ganharam um total de R$ 1, 074 bilhões. Abaixo os 10 (dez) municípios que mais ganharam: Curitiba, Londrina, Colombo, Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, Foz do Iguaçu, Fazenda Rio Grande, Paranaguá, Guarapuava. Calculada sobre o montante anual dos recursos creditados na conta no exercício, a parcela mínima de 60% do Fundo deve ser destinada à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública. Os municípios do Paraná em 2016 utilizaram R$ 3, 101 bilhões, correspondendo 83,8 % (oitenta e três vírgulas oito por cento) dos recursos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério, bem acima do mínimo de 60%. Constata-se que a cada ano a dificuldade dos municípios é maior para cumprir a atualização do Piso Nacional. Diz ainda que os municípios do Paraná necessitam urgente alterar o quadro que se apresenta com o atual sistema de financiamento, é necessário um maior apoio federal no financiamento da educação básica, é importante ainda a discussão e a definição sobre o futuro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, com vigência até 30/12/2020. O fim da vigência do fundo impõe o desafio de debater as fontes de financiamento da educação e a criação de outro fundo com a filosofia do FUNDEB e com aumento da participação federal. Em seguida a assessora Eliane da Costa Silva inicia sua explanação referente a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2017, diz que o Conselho de Acompanhamento dos Recursos do FUNDEB destaca amplamente a falta de transparência dos atuais relatórios , pois, de acordo com o que é apresentado pelo Governo impossibilita análises com maior nível de detalhamento e precisão, considerando que os relatórios disponibilizados no portal de transparência da SEFA http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/fundeb/Relatorios2016.jsp, não estão acompanhados dos respectivos documentos que comprovam o efetivo gasto. Apontamento que é reiteradamente apresentada no parecer do Tribunal de Contas, o qual também recomenda um novo modelo de gestão da folha de pagamento da Educação principalmente os pagamentos efetuados com recursos do FUNDEB. Deve ser considerado ainda que o Conselho não tem acesso as informações hábeis para a devida fiscalização conforme determina a legislação pertinente a matéria. No final do exercício de 2016 o Conselho em reunião ordinária recebeu o técnico do GRHS / SEED, Sr Evandro Guilherme Alves, o qual explicou e apresentou o andamento de um novo sistema para atender parcialmente a reivindicação dos conselheiros no acompanhamento da folha de pagamento mensal, para que mesmo por amostragem possam desenvolver uma transparência plausível no recebimento e na aplicação dos recursos, no entanto tal sistema mesmo findando o 5º mês do exercício de 2017 o sistema mesmo que parcial ainda não foi implantando. Sendo assim, sugere–se que o Conselho reforce as solicitações de documentos através de oficio o qual é o único meio disponibilizado para acessar as informações pertinentes ao Conselho. Outro ponto a ser debatido é quanto à participação do Conselho na elaboração das Leis Orçamentárias, a qual mais uma vez encontra-se em votação na Assembleia Legislativa e não teve a participação deste Conselho. Como é incumbência do Conselho analisar as obras que recebem recursos do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE, a sugestão é elaborar oficio solicitando toda a documentação pertinente a cada obra envolvida na operação Quadro Negro. No exercício de 2016 o Estado aplicou mais de R$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais) com despesas do Paraná Educação. Sugere-se solicitar todos os documentos comprobatórios relacionados a cada despesa do Paraná Educação no exercício de 2016 e projeção para o exercício de 2017. A despesa divulgada nos relatórios no portal de transparência da SEFA, subdivididas nas diversas rubricas conforme abaixo apresentou um total empenhado até o mês de abril de 2017 com o pagamento dos profissionais do magistério valor de R$ 1.396.995.468,34 (Um bilhão trezentos e noventa e seis milhões novecentos e noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) aplicação dos 60%. Deste total foi pago o montante de R$1.309.273.264,32, (Um bilhão trezentos e nove milhões duzentos e setenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos)ficando um saldo empenhado e

não pago no quadrimestre de no valor de R$ 87.722.204,02 (Oitenta e sete milhões setecentos e vinte dois mil duzentos e quatro reais e dois centavos).O total de despesa empenhada com a aplicação dos 40% foi de R$ 308.645.327,08 (Trezentos e oito milhões seiscentos e quarenta e cinco mil trezentos e vinte e sete reais e oito centavos) totalizando entre despesas de 60% e 40% total empenhado no primeiro quadrimestre de R$ 1.705.640.795,42 (Um bilhão setecentos e cinco milhões seiscentos e quarenta mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos).Do total empenhado foi pago R$ 291.207.899,52 (Duzentos e noventa e um milhões duzentos e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos) de despesas com a aplicação dos 40% e R$ 1.309.273.264,32 (Um bilhão trezentos e nove milhões duzentos e setenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) de despesas pagas com aplicação dos 60%, totalizando pagamento de R$ 1.600.481.163,84 (Um bilhão seiscentos milhões quatrocentos e oitenta e um mil cento e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos). No item 3 – Outros assuntos, o Sr Evandro Guilherme Alves explica que a consulta a folha ainda não está totalmente disponível devido a algumas adequações de sistema que estão sendo feitas, e solicita novamente a relação dos nomes dos conselheiros atualizados para o devido cadastramento, pois nenhum dos conselheiros consegue acessar os dados. Terminados todos os assuntos o Presidente Mario Sergio Ferreira de Souza pergunta ainda se algum conselheiro tem mais alguma colocação, não havendo, é encerrada a reunião. A data da próxima reunião ainda não está agendada. Sendo assim, eu Márcia Linke Rocha, secretária executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim, e pelos demais presentes.